REVOGADA PELA LEI Nº 6904, DE 22/09/2021

~~LEI Nº 3924, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003~~

~~DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA DA LEI Nº 2968, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996.~~

~~O Povo do Município de Betim, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:~~

~~Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 2968, de 13 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:~~

~~"Art. 1º - Fica criado o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim, de caráter deliberativo, composto de 10 (dez) membros e respectivos suplentes, com as atribuições seguintes:~~

~~I - promover e preservar a herança cultural do Município;~~
~~II - proteger, em nível municipal, pelo instituto do tombamento, monumentos, obras, documentos, bens e conjuntos de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, documental e paisagístico, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 2.944, de 24 de setembro de 1996;~~

~~III - estimular, visando a preservação do patrimônio cultural, a utilização combinada do tombamento com outros mecanismos de ordem urbanística e tributária;~~

~~IV - estimular o planejamento urbano como meio de alcançar os objetivos da preservação do patrimônio cultural, notadamente pela inserção de tal preocupação entre as variáveis consideradas pela Lei de Uso e Ocupação do solo de Betim.~~

~~V - sugerir ao Poder Executivo Municipal a formulação de uma política cultural para o Município, e dela participar;~~

~~VI - decidir, de ofício, à vista dos elementos técnicos fornecidos pela FUNARBE - Fundação Artístico-Cultural de Betim, pelo tombamento de bens públicos;~~

~~VII - decidir, à vista dos elementos técnicos fornecidos pela FUNARBE - Fundação Artístico-Cultural de Betim, pelo tombamento voluntário ou compulsório, em caráter provisório ou definitivo, de bens pertencentes à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado, na forma e no prazo da lei;~~

~~VIII - definir, à vista dos elementos técnicos fornecidos pela FUNARBE - Fundação Artístico-Cultural de Betim, o perímetro de proteção, limites e confrontações dos bens imóveis tombados, estabelecendo as limitações administrativas decorrentes, em conformidade com a legislação aplicável;~~

~~IX - decidir, pelo cancelamento de tombamento, submetendo-se a decisão à homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal;~~

~~X - manter cadastro atualizado dos bens tombados;~~

~~XI - propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal, quando julgar imprescindível, a declaração de utilidade pública de bem para fim de desapropriação, na forma do artigo 18 da Lei nº 2.944, de 24 de setembro de 1996;~~

~~XII - sugerir, quando necessário, as formas de ressarcimento e compensação aos proprietários de bens protegidos;~~

~~XIII - propor formas de incentivo e estímulo à conservação, por seus proprietários, de bens protegidos;~~

XIV - promover a averbação de tombamento definitivo à conservação, por seus proprietários, de bens protegidos;

XV - promover a averbação do tombamento definitivo à margem do registro do bem no cartório respectivo, conforme artigo 12 da Lei nº 2.944, de 24 de setembro de 1996.

XVI - conhecer da transferência de bens tombados de propriedade particular, bem como do deslocamento de bens móveis protegidos, no prazo legal;

XVII - conhecer da transferência de bens tombados de propriedade particular, bem como do deslocamento de bens móveis protegidos, conforme disposto na Lei 2.944, de 24 de setembro de 1996;

XVIII - conhecer do extravio ou subtração criminosa de qualquer bem tombado;

XIX - conceder autorização prévia, quando necessária, para pintura, restauração ou outras intervenções em bem tombado;

XX - conceder autorização prévia, estipulando as condições, para a realização de construção na vizinhança de bem tombado, que lhe impeça ou reduza a visibilidade, bem como para a colocação de anúncios e cartazes;

XXI - determinar, de ofício, em caso de urgência, a elaboração de projetos e a execução de obras de conservação ou reparação de qualquer bem tombado, às expensas do Município;

XXII - conhecer, quando comunicado, da necessidade de obras de conservação e reparação de bens tombados, na impossibilidade de sua execução pelo proprietário, podendo determinar, quando julgar necessário, sejam as obras executadas pelo Município;

XXIII - exercer vigilância permanente sobre os bens tombados, podendo inspecioná-los quando conveniente;

XXIV - manter registro especial atualizado de documentos, antiguidades, obras de arte de qualquer natureza, manuscritos e livros antigos ou raros;

XXV - conhecer previamente da relação de objetos de valor histórico que venham a ser negociados em leilão, devendo promover, em cooperação com os órgãos federal e estadual congêneres, a sua autenticação por perito especializado, para efeito do disposto no artigo 25 da Lei nº 2944, de 24 de setembro de 1996;

XXVI - fiscalizar o comércio de antiguidades e obras de arte, em cooperação com órgãos federal e estadual congêneres e demais órgãos municipais;

XXVII - opinar sobre outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo presidente do Conselho.

Parágrafo Único - Em caso de descumprimento, pelo particular, das obrigações que lhe são imputadas pela Lei nº 2.944, de 24 de setembro de 1996, e especificados nesta Lei, a cobrança e o recolhimento das multas cabíveis deverão ser processados de acordo com a legislação municipal em vigor."

Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 2968, de 13 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim é composto pelos seguintes membros e respectivos suplentes:

I - pelo(a) Presidente da FUNARBE - Fundação Artístico-Cultural de Betim, ou por outro por ele (a) indicado, que o presidirá;

II - por um representante da FUNARBE - Fundação Artístico-Cultural de Betim que será o Secretário-Geral do Conselho e poderá substituir o Presidente do Conselho em suas ausências ou impedimentos;

- ~~III - por um representante do Poder Legislativo Municipal;~~
- ~~IV - por um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Betim;~~
- ~~V - por um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Betim;~~
- ~~VI - por um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Betim;~~
- ~~VII - por um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Betim;~~
- ~~VIII - por um representante da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/Betim;~~
- ~~IX - por um representante da ABEL - Academia Betinense de Letras;~~
- ~~X - por um representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - 82ª Subseção Betim/MG.~~

~~§ 1º - As atribuições do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim são as previstas nesta Lei, incluindo vetar ou cassar concessões de alvarás de demolição ou reforma de imóveis e sugerir ao Poder Executivo Municipal a política cultural e mecanismos urbanísticos relacionados com o tombamento.~~

~~§ 2º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim poderá, eventualmente, a seu critério, convidar instituições, bem como técnicos especializados em preservação cultural para participarem dos trabalhos sobre tombamento.~~

~~§ 3º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim deliberará por maioria simples, dos seus membros presentes à reunião, cabendo ao Presidente, quando for o caso, o voto desempate.~~

~~§ 4º - O funcionamento do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim será disciplinado em Regimento Interno aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal."~~

~~Art. 3º - Os arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 2968, de 13 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:~~

~~Art. 3º - O mandato dos Conselheiros é pessoal e intransferível e tem vigência pelo prazo de 2(dois) anos, admitidas a recondução e a substituição devidamente formalizadas por ato do Presidente do Conselho e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.~~

~~Art. 4º - É competência do Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim conhecer e oferecer razões às impugnações formuladas nos processos de tombamento dentro do prazo legal.~~

~~Art. 5º - Ao término do mandato caberá às entidades ou aos órgãos relacionados no artigo 2º desta Lei a indicação dos novos membros e dos respectivos suplentes do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim.~~

~~Art. 6º - São gratuitos e considerados de natureza relevante os serviços prestados pelos conselheiros ao Município de Betim, não cabendo remuneração de qualquer espécie.~~

~~Art. 7º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim terá espaço físico próprio em local central, que lhe será assegurado pela FUNARBE - Fundação Artístico-Cultural de Betim.~~

~~Parágrafo único - A FUNARBE - Fundação Artístico-Cultural de Betim garantirá a infra-estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim."~~

~~Art. 4º - Esta lei entra em vigor após regulamentação da matéria, mediante Decreto.~~

~~Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.~~

~~Betim, 29 de dezembro de 2003.~~

~~Carlaile de Jesus Pedrosa
Prefeito Municipal~~